

guística pode ser imparcial. A gramática e todas as outras práticas metalinguísticas, não podem senão estar implicadas na opressão das mulheres através da escolaridade patriarcal.

Neste capítulo tratámos do sexismo na gramática, tentando separar os atributos sexistas da *língua* do sexismo projectado sobre a língua através das respostas analíticas dos linguistas, o que nem sempre é fácil, pois as práticas metalinguísticas têm por vezes uma influência considerável na própria língua. Tendo isto em mente, temos agora de nos voltar para a “própria língua” e para as ideias feministas de reforma linguística.

A DIFERENÇA SEXUAL COMO UM PROJECTO POLÍTICO NÓMADA¹

Rosi Braidotti

Penso que as mulheres que conseguirem ultrapassar a necessidade de corrigir a história poupar-se-ão muito tempo.

MARGUERITE DURAS, 1991

Como disse previamente, a condição nómada que defendo é uma nova forma de subjectividade, múltipla e não hierárquica. Neste capítulo irei aprofundar a sua intersecção com o eixo da diferença sexual. Concordo com Luce Irigaray quando diz que a questão da diferença sexual é aquela com a qual nós, ocidentais da segunda metade do século XX, temos de lidar, inegavelmente: é o nosso horizonte e a nossa utopia. Os dois principais motivos para este posicionamento da questão prendem-se com o papel desempenhado pelo conceito de “diferença” na história europeia e a apropriação do mesmo pelo debate feminista.

Primeiro, a dimensão europeia. Penso que a noção, o tema, e o problema conhecidos como “diferença sexual” são assuntos que adquiriram uma relevância ainda maior dentro do contexto da comunidade europeia. A ênfase renovada num destino europeu comum, patrocinado pelo projecto de unificação do velho continente, fez com que a “diferença” se tornasse um conceito particularmente antagónico e divisório. Actualmente, verifica-se uma ex-

¹ Capítulo VIII da obra de Rosi Braidotti *Nomadic Subjects: Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory* (Columbia University Press: New York, Chichester, West Sussex, 1994). Tradução de Joana Passos.

plosão de interesses comprometidos com a reclamação do direito à diferença no âmbito de regionalismos, localismos, guerras étnicas e todo o tipo de relativismo. "Diferença", no momento de desintegração do Bloco de Leste, é um termo perigoso. Tal como várias feministas jugoslavas apontaram, quando o conceito de "diferença" é usado negativamente para definir fronteiras e divisões, qualquer tentativa pós-modernista para o redefinir positivamente é inútil. A fragmentação e apropriação de diferenças dentro de uma perspectiva pós-estruturalista é, quando muito, irónica, e, na pior das hipóteses, trágica, se consideramos o ponto de vista de alguém vivendo em Zagreb, para não falar de Dubrovnik ou Sarajevo².

Historicamente, a noção de diferença é um conceito que se desenvolveu com o fascismo europeu e que foi colonizado e apropriado pelo pensamento hierárquico e marginalizante. O fascismo, no entanto, não aconteceu por acaso. Na história filosófica europeia, "diferença" é um conceito central, na medida em que o pensamento ocidental *sempre* funcionou a partir de oposições binárias que criam subcategorias de "outro" ou "diferente de". Nesta história, e dentro de uma lógica de relações de domínio e exclusão, a "diferença" foi equacionada com "ser menos do que", "valer menos do que". Logo, a "diferença" foi colonizada por relações de poder que a reduzem a "inferioridade", tal como Simone de Beauvoir defendeu de uma forma convincente em *O Segundo Sexo*³. Desta forma, "diferença" adquiriu conotações essencialistas e letais, tornando "elimináveis" categorias inteiras de seres, isto é, humanos mas ligeiramente mais mortais.

Na história europeia moderna, a "diferença" foi apropriada por regimes totalitários e facistas que a definiram como uma forma de determinismo biológico, justificando o extermínio de um grande número de seres humanos vistos como inferiores ou "outros", no sentido mais pejorativo do termo. Em termos de crítica teórica, alemã, francesa, ou outras, o uso abusivo e assassino do conceito de diferença ficou definitivamente marcado pela sua relação com o holocausto nazi. Tal como apontei anteriormente,

existem diferenças entre as escolas críticas francesa e alemã e a forma como avaliam o totalitarismo e a ênfase nazi na "diferença" como um conceito hierárquico. Enquanto que os franceses acreditam na cumplicidade intrínseca da razão com formas de violência e domínio, rejeitando assim a categoria de "razão instrumental", teóricos alemães como Adorno agarram-se à razão como meio para tentar reformar o uso da mesma. Em qualquer dos casos, e tal como disse Foucault no seu prefácio à edição americana do *Anti-Édipo* de Deleuze e Guattari, pensar através de Auschwitz tornou-se um imperativo histórico para todos os intelectuais europeus.

Como pensadora crítica, intelectual criada na era do *baby-boom* e da nova Europa, como feminista comprometida com o projecto de criar formas de poder alternativas, escolho tornar-me responsável por este aspecto da minha cultura e da minha história. Consequentemente, quero pensar através da "diferença", através dos nós de poder e violência que acompanharam a sua afirmação na mentalidade europeia. Esta noção é demasiado importante para ser abandonada a interpretações facistas e hegemónicas.

Segundo, dentro das práticas feministas ocidentais e da história das ideias, a noção de diferença tem usufruído de uma longa e acidentada existência. De facto, não me consigo lembrar de uma noção que tenha sido tão contraditória, polémica e importante. No âmbito do pensamento feminista, a "diferença" é um foco de intensa tensão conceptual. A minha firme defesa do projecto da diferença sexual como processo epistemológico e político expressa a minha preocupação com a rejeição, por parte de muitas feministas radicais, do conceito de "diferença" como sendo irrevogavelmente essencialista. Procuremos retratar de uma forma sucinta as viscitudes da noção de diferença dentro da teoria feminista, antes de prosseguirmos com as minhas ideias em relação ao projecto da diferença sexual.

Simone de Beauvoir definiu a agenda com a sua profunda análise do esquema hierárquico da dialéctica da consciência, adaptado de Hegel. Estabelecendo os fundamentos da teoria feminista, Beauvoir identifica o conceito de diferença como a noção fundamental; simultaneamente, procura ultrapassar o esquema hierárquico a ela associado, sobretudo na medida em que se desvaloriza

² Ver, por exemplo, o trabalho de Rada Ivekovic de Zagreb, Dasa Duhacek de Belgrado e Zorana Papic da Lituânia.

³ Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, (trad. portuguesa: Sérgio Milliet; Bertrand, 1981).

“o outro”, sendo “o outro” o feminino. Nesta fase do seu trabalho, Beauvoir recorre a Poulain de la Barre, um discípulo de Descartes, para defender, em nome da razão, a transcendência do dualismo implícito no conceito de género. A análise de Beauvoir e o seu programa de libertação através da igualdade da razão constitui o mais importante legado para a teoria feminista contemporânea.

As feministas pós-estruturalistas, na década de 70, questionaram a ênfase de Beauvoir num projecto político em torno da igualdade da razão, sublinhando, antes, a importância política do conceito de diferença. Como disse Marguerite Duras, citada na epígrafe a este capítulo⁴, as mulheres que continuam a medir-se pelos padrões dos valores masculinos e que sentem que têm de corrigir os erros masculinos vão com certeza desperdiçar muito tempo e energia. Dentro do mesmo ponto de vista, no seu polémico artigo “Égales à Qui?”⁵, Luce Irigaray recomenda uma mudança de ênfase política, menos dependente de uma crítica reactiva e mais próxima da afirmação de contravalores positivos. Numa revisão do trabalho de Beauvoir, a teoria feminista pós-estruturalista questionou a associação da “diferença” a práticas hegemónicas e hierárquicas, sugerindo que esta associação não será tão absolutamente intrínseca como a geração existencialista defendia. Se este laço não é intrínseco, deixa de ser historicamente inevitável.

Por causa da crise da modernidade, desde Freud e Nietzsche que a noção de “diferença” tem ocupado um lugar central na agenda filosófica europeia. Dentro da modernidade, o debate em torno do conceito de “diferença” marca uma mudança no secular hábito de equacionar “diferença” com inferioridade. Além do mais, no pensamento e práticas teóricas de Nietzsche, Freud e Marx — a trindade apocalíptica da modernidade — surge outra inovação provocatória: a noção de que a subjectividade não coincide com a consciência. O sujeito é ex-cêntrico em relação ao seu eu consciente devido à importância determinante de estruturas como o desejo inconsciente, ao impacto de circunstâncias históricas

⁴ Marguerite Duras, uma entrevista, in Alice Jardine and Anne Menke, eds., *Shifting Scenes: Interviews on Women, Writing and Politics in Post-68 France*, p. 74 (New York: Columbia University Press, 1991).

⁵ Luce Irigaray, “Égales à Qui?”, *Critique* 480 (1987): 420-437. Traduzido para inglês como “Equal to Whom?”, *Differences* 1, no. 21 (1988): 59-76.

cas e às condições sociais de produção. A segurança ontológica do sujeito cartesiano é assim destruída, e o caminho fica aberto para a análise do laço que se estabeleceu convencionalmente entre subjectividade e masculinidade. Neste sentido, a crise da modernidade pode ser vista, tal como argumento no meu livro *Patterns of Dissonance*⁶, como uma implosão dos fundamentos masculinos da subjectividade clássica. De um ponto de vista feminista, tal crise não só é um acontecimento positivo como detém um elevado potencial em termos de acessibilidade das mulheres ao poder.

Nos anos 80, ocorreu uma polémica divisão entre as feministas que defendiam a “diferença”, especialmente dentro do movimento “*écriture féminine*”, e as feministas partidárias do género, o conceito central do grupo anglo-americano. Esta divisão alimentou o debate em torno de essencialismos e resultou num bloqueio político e intelectual de que estamos a começar a emergir. Voltarei a este tópico na próxima secção deste capítulo. Hoje em dia, a linha de pensamento feminista que se opõe às teorias da diferença sexual evoluiu na direcção de um argumento a favor de um novo tipo de subjectividade, para além de género ou “pós-género”. Esta linha de pensamento defende que se ultrapasse o dualismo sexual e a polaridade do conceito de género, em função de uma subjectividade sexualmente indiferenciada. Pensadoras como Monique Wittig⁷ chegam ao ponto de eliminar a ênfase na diferença sexual por considerarem que tal teoria leva a um revivalismo da metafísica do “eterno feminino”.

Por oposição ao que eu vejo como uma apressada forma de ultrapassar as teorias da diferença sexual em nome de um antiesencialismo polémico, ou, então, de uma utópica subjectividade “para além do género”, prefiro valorizar o projecto da diferença sexual. Chamei-lhe um projecto político nómada visto que a ênfase na diferença que as mulheres representam coloca a questão da redefinição da subjectividade feminina em toda a sua complexidade, num enquadramento positivo. No resto deste capítulo, vou esquematisar o que considero ser a intersecção da identidade femi-

⁶ Rosi Braidotti, *Patterns of Dissonance* (Cambridge: Polity Press / New York: Routledge, 1991).

⁷ Monique Wittig, *The Straight Mind and Other Essays* (New York: Harvester Wheatsheaf, 1992).

nina, a subjectividade feminista e o radicalismo epistemológico das transições nômadas dentro de uma perspectiva que vê a diferença sexual como algo positivo. Antes, no entanto, vou explicitar as bases da minha crítica às perspectivas de análise fundamentadas no conceito de gênero, clarificando assim o que considero serem as vantagens epistemológicas e a relevância política do projecto inspirado pelas teorias da diferença sexual.

A TEORIA FEMINISTA NOS ANOS NOVENTA

O meu ponto de partida é que a noção de gênero está a atravessar uma crise dentro da teoria e prática feministas, sofrendo intensas críticas devido à sua inadequação teórica e à sua natureza amorfa e pouco precisa em termos políticos. As áreas que têm desenvolvido as críticas mais pertinentes são: as teorias da diferença sexual, os estudos pós-coloniais e as teorias do movimento feminista negro; também as epistemólogas feministas trabalhando nas ciências naturais, especialmente na biologia, e as pensadoras lésbicas.

Uma segunda observação: a crise da noção de gênero como categoria útil para os estudos feministas está sincronizada com uma renovação teórica mais ampla, ultrapassando-se assim uma certa rigidez que se havia instalado na teoria feminista devido à oposição entre a tradição anglo-americana, firmemente ligada à noção de gênero, e a posição das pensadoras francesas⁸, mais voltadas para as teorias da diferença sexual. O confronto entre estes dois campos chegou a um impasse nos anos 80, consumindo-se num debate estéril em torno de duas agendas cultural e teoricamente opostas, baseando-se em pressupostos diferentes em relação a práticas políticas. Este clima polarizado suavizou-se com a crescente tomada de consciência da diversidade das teorias feministas em função de contextos culturalmente específicos. Consequentemente, desenvolveu-se uma nova e mais produtiva abordagem às diferenças entre as várias posições feministas.

⁸ Ver Claire Duchén, *Feminism in France* (London: Routledge and Kegan Paul, 1986).

Um terceiro fenómeno relacionado com a crise do conceito de gênero é a recente intervenção neste debate internacional de grupos de pensadoras feministas da Itália, Austrália, ou Holanda, entre outros casos. A afirmação das novas perspectivas que estes grupos desenvolveram materializa uma alternativa à rigidez da oposição entre o feminismo francês e o anglo-americano⁹, e contribui ainda para tornar visíveis outras culturas feministas europeias, por muito modestas que ainda sejam. Por outro lado, as publicações nas línguas românicas¹⁰ sublinharam até que ponto a noção de gênero é uma visibilidade da língua inglesa com pouca ou nenhuma relevância teórica nestas outras tradições linguísticas. Assim sendo, "gênero" não tem um equivalente satisfatório nos movimentos feministas francês, espanhol ou italiano. Por exemplo, em francês "le genre" pode ser usado para nos referirmos a toda a humanidade ("le genre humain"); é um termo culturalmente específico e portanto impossível de traduzir.

Isto significa que a distinção entre "sexo" e "gênero", que é um dos pilares da teoria feminista anglofona, não faz sentido, nem epistemologicamente, nem politicamente, em muitos contextos ocidentais não anglofonos, onde as noções de "sexualidade" e "diferença sexual" são usadas correntemente. Embora rios de tinta tenham corrido, tanto para apoiar como para atacar as teorias da "diferença sexual", pouco esforço se tem feito no sentido de tentar contextualizar este debate em termos culturais. Nem sequer se tem prestado atenção aos ecos nacionalistas que muitas vezes marcam as discussões em torno da diferença sexual, opondo-a à discussão das teorias de gênero.

O quarto e último ponto relativo ao conceito de gênero prende-se com as práticas institucionais por ele geradas, que me parecem problemáticas para o feminismo. As conotações científicas

⁹ Ver da Livraria das Mulheres de Milão *Sexual Difference: A Theory of Political Practice* (Bloomington: Indiana University Press, 1990). Ver também Paola Bono e Sandra Kemp, eds., *Italian Feminist Thought* (Oxford: Blackwell, 1991) e *The Lonely Mirror* (New York: Routledge, 1993). Ver ainda Joke Hermisen e Alkeline van Lemming, eds., *Sharing the Difference: Feminist Debates in Holland* (London e New York, 1991).

¹⁰ Este ponto é amplamente debatido por Teresa de Lauretis em "The Essence of the Triangle, or, Taking the Risk of Essentialism Seriously", *Differences* 1, n.º 2 (1988): 3-37; ver também *Les Cahiers du Grif* 45 (1990), "Savoir et Différence des Sexes", dedicado aos estudos feministas, onde esta mesma questão é abordada no contexto francês.

do termo "género" têm sido mais aceitáveis no mundo académico do que a designação "estudos feministas", por causa das sugestões explicitamente políticas desta última. Este factor é parcialmente responsável pelo sucesso da expressão "estudos de género" junto das universidades e editoras. Na minha opinião, tal sucesso resultou numa mudança do alvo do debate, afastando-nos de uma agenda feminista propriamente dita, a favor de estudos mais generalizados sobre a construção social das diferenças entre os sexos. É um alargamento de perspectivas que representa, também, uma dissolução da agenda política.

Muitas instituições começaram a defender a necessidade de constituir estudos masculinos como uma alternativa aos estudos feministas, dado que os homens também têm um género. Inclusivamente, há quem defenda a inserção dos estudos masculinos como uma componente dos estudos feministas. É o regresso da masculinidade encoberto pela questão do género. Embora o estudo crítico da masculinidade seja extremamente importante e necessário, penso que esta competição institucional entre o alargamento dos "estudos de género" — passando a incluir masculinidades como tópico e presença — e a manutenção de uma agenda feminista é lamentável. Esta situação levou a que muitas feministas encarem a questão de género com desconfiança ao nível das práticas institucionais.

A um nível mais teórico, penso que o principal pressuposto dos "estudos de género" é uma nova simetria entre os sexos, que, em termos práticos, resulta num renovado interesse pelo masculino e pela construção da masculinidade. Perante isto, quero declarar a minha reprovação desta ilusão de simetria e reivindicar, no seu lugar, a diferença sexual como um poderoso factor de dissimetria. Até porque os textos históricos do debate feminista em torno do conceito de género não constroem um argumento a favor da simetria entre os sexos. A historiografia das ideias feministas leva-nos a definir género como uma noção que propõe uma série de métodos de trabalho a partir dos quais a teoria feminista tem explicado a construção social e discursiva, assim como a representação das diferenças entre os sexos. Podemos, então, concluir que a contribuição da noção de género para a teoria feminista é questionar a tendência universalista da linguagem crítica, dos sistemas de conhecimento e do discurso científico em geral.

Esta tendência consiste numa sobreposição entre o ponto de vista masculino e o universal, tornando o masculino o ponto de vista da humanidade e relegando o feminino para a posição estrutural de "outro". Isto quer dizer que o masculino/universal é tomado como a "norma", e o feminino, enquanto "outro", define a "diferença". O corolário desta definição é que o fardo da diferença sexual recai nas mulheres, marcando-as como o segundo sexo ou o "outro", enquanto que os homens são definidos pelo imperativo de simbolizar o universal. A simbólica divisão de tarefas entre os dois sexos, que o conceito de género ajuda a explicar, é o sistema criado pelo falocentrismo, que é a lógica interna do patriarcado. Por outras palavras, este sistema não é necessário (como se fosse historicamente inevitável) nem racional (como se fosse conceptualmente incontornável). Simplesmente, tornou-se um facto, devido às poderosas fundações de um sistema no qual todos nos definimos como homens ou mulheres em função de determinadas condições simbólicas, semióticas e materiais.

Dentro deste sistema, o masculino e o feminino estão numa posição estruturalmente dissimétrica: os homens, enquanto referentes empíricos do masculino, não têm género porque são detentores do falo, isto é, de uma virilidade abstracta, o que não é, com certeza, uma tarefa fácil¹¹. Simone de Beauvoir disse, há cinquenta anos, que o preço que os homens pagam por representar o universal é uma espécie de perda da sua corporeidade; o preço que as mulheres pagam, por outro lado, é a perda da subjectividade, ficando confinadas ao corpo. Enquanto os primeiros, ao definir a sua identidade por padrões abstractos, ganham acesso à transcendência e à subjectividade, as últimas são excessivamente corporalizadas, e portanto reduzidas à imanência. Consequentemente, homens e mulheres ocupam duas posições dissimétricas e duas áreas-problema opostas.

¹¹ Um dos textos clássicos sobre este tópico é de Gail Rubin, "The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex", in R. Rapp, ed., *Towards an Anthropology of Women* (New York: Monthly Review Press, 1975). Ver também Nancy Hartsock, "The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism", in Sandra Harding and Merrill B. Hintikka, eds., *Discovering Reality: Feminist Perspectives on Epistemology, Methodology, and Philosophy of Science* (Dordrecht, Holland/Boston, USA/London, England: Reidel, 1983).

Esta análise de Beauvoir sofreu algumas reformulações teóricas, provenientes da semiótica, da psicanálise estruturalista e de desenvolvimentos autónomos dentro do movimento das mulheres durante os anos 80¹². O principal ponto de mudança nestas reformulações consiste, para além da crítica ao patriarcado, na afirmação do lado positivo das tradições culturais das mulheres. O trabalho de Adrienne Rich tem sido particularmente influente nesta área¹³. Esta mudança resultou numa nova ênfase e numa valorização da linguagem e consequentemente da representação, como o local da constituição do sujeito.

A tese francesa da "diferença sexual", também conhecida como movimento da "écriture féminine", constitui uma das mais importantes faces deste novo desenvolvimento da teoria feminista. As fundações conceptuais deste movimento advêm da linguística, dos estudos literários, da semiótica, da filosofia e das teorias psicanalíticas do sujeito. As teóricas da "diferença sexual"¹⁴ deram um novo impulso ao debate feminista ao chamarem a atenção para a importância, em termos sociais, das estruturas teóricas e linguísticas que definem as diferenças entre os sexos. Esta visão implica que o social existe em continuidade com relações de poder e conhecimento, numa rede de estruturas¹⁵ simbólicas e materiais. Por outras palavras, esta escola de pensamento feminista defende que uma adequada análise da opressão das mulheres tem de ter em linha de conta a linguagem e o materialismo¹⁶, e não reduzir-se unicamente a uma destas duas dimensões. Por isso, criticam a

noção de género que se restringe aos factores materiais e sociais em detrimento de aspectos simbólicos e semióticos.

O debate entre a diferença sexual e as teorias do género nos anos 80 resultou numa oposição polémica que levou a duas visões igualmente redutoras. Por um lado, uma visão idealista que reduz tudo à dimensão textual, e, por outro, uma visão materialista que reduz tudo ao social. Estas duas tendências tornaram-se dois casos extremos de "essencialismo"¹⁷.

Parece-me que, para além da polémica, um dos pontos de verdadeira divergência conceptual entre os dois campos é o modo como identificam as possibilidades de sair do universalismo implícito no sistema patriarcal, ou falocêntrico, e do raciocínio binário que o caracteriza. Enquanto que as teóricas da diferença sexual defendem que se deve reformular o velho sistema através de estratégias de repetição mimética, as teóricas do género empenham-se numa crítica da ideologia. Consequentemente, as teóricas da diferença sexual investiram no pólo "feminino" da dicotomia sexual a fim de criar diferentes significados e representações deste. As teóricas que defendem o conceito de género, por seu turno, rejeitaram o esquema da bipolarização sexual, a favor de uma posição para além do género. Por outras palavras, chegamos a objectivos opostos. O argumento das teóricas da diferença sexual, nomeadamente de que é necessário redefinir o sujeito feminino feminista, é contrariado pelas teóricas do género que vêem o feminino como um pântano metafísico a rejeitar a favor de uma nova androginia.

Como é óbvio, tais posições implicam uma muito diferente compreensão teórica da sexualidade feminina em geral e da homossexualidade feminina em particular¹⁸.

O que me parece ser, no entanto, um ponto de consenso entre as duas posições é a ideia de que a prática feminista, inclu-

¹² Para acompanhar esta mudança de perspectiva ver Claire Dunchen, *Feminism in France: From May 1968 to Mitterand* (London: Routledge, Kegan Paul, 1986); ver também Hester Eisenstein, *Contemporary Feminist Thought* (Sidney: Allen & Unwin, 1984).

¹³ Adrienne Rich, *Of Woman Born* (New York: Norton, 1976), *On Lies, Secrets and Silence* (New York: Norton, 1979), *Blood, Bread and Poetry* (London: The Women's Press, 1985).

¹⁴ Ver Luce Irigaray, *Speculum* (Paris: Minuit, 1974), *Ce Sexe qui n'en est pas Un* (Paris: Minuit, 1977), *Ethique de la Différence Sexuelle* (Paris: Minuit, 1984). Ver também: Hélène Cixous, "Le Rire de la Meduse", *L'Arc* 61 (1974), *La Jeune Née* (Paris: U.G.E., 1975), *Entre l'Écriture* (Paris: Des femmes, 1986), *Le Livre de Prométhée* (Paris: Gallimard, 1987).

¹⁵ Tal como argumentou Michel Foucault em *L'Ordre du Discours* (Paris: Gallimard, 1977). (Edição portuguesa: *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*, trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio; Relógio d'Água, 1997.)

¹⁶ Rosalind Cowd and John Ellis, *Language and Materialism: Developments in Semiology and the Theory of the Subject* (London and Boston: Routledge and Kegan Paul, 1977).

¹⁷ Para uma discussão de essencialismo ver Teresa de Lauretis, "The Essence of the Triangle", Naomi Schor, "This Essentialism That Is Not One", *Differences* 1, n.º 2 (1988), Diana Fuss, *Essentially Thinking* (London: Routledge, 1990), Rosi Braidotti "Essentialism", in Elizabeth Wright, ed., *Feminism and Psychoanalysis: a Critical Dictionary* (Oxford: Blackwell, 1992), Elizabeth Gross, *Lacan: a Feminist Introduction* (London and New York: Routledge, 1991).

¹⁸ Basta comparar a visão da homossexualidade feminina em Hélène Cixous, *Le Livre de Prométhée*, com a de Monique Wittig em *Le Corps Lesbien* (Paris: Minuit, 1973) para ver a diferença.

indo os estudos de mulheres, tem de questionar a postura universalista do discurso científico, expondo o seu dualismo inerente. A rejeição do pensamento dual como o modo de ser do patriarcado providencia uma agenda comum para posições feministas que, de outro modo, pareceriam opostas. Intelectuais feministas de ambas as escolas defendem que a postura universal, que se funde com o masculino para representar o humano e que reduz o feminino a uma posição secundária de um "outro" desvalorizado, assenta num sistema clássico de oposições binárias como, por exemplo, natureza/cultura, activo/passivo, racional/irracional, masculino/feminino. As feministas argumentam que este pensamento binário cria pares de diferenças opostas para as organizar hierarquicamente, isto é, de acordo com uma escala de relações de poder.

Assim, Joan Scott defende que a noção de género marca uma série de inter-relações entre variáveis de opressão, o que a torna um instrumento útil para compreender a intersecção de sexo, classe, raça, estilo de vida e idade, como eixos fundamentais de diferenciação¹⁹. Num ensaio mais recente²⁰, Scott vai mais longe e argumenta que a definição do género é fundamental para estudar a intersecção da linguagem com o social e do semiótico com o material. Citando a noção de "discurso" de Foucault, a qual defende como uma das maiores contribuições do pensamento pós-estruturalista para a teoria feminista²¹, Scott sugere que interpretamos o género como um poderoso elo entre o texto e a realidade, o simbólico e o material e a teoria e a prática. O ponto de vista de Scott, que propõe uma revisão da teoria feminista através do pós-estruturalismo, tem a vantagem de politizar o debate em torno de significados e representações.

O que emerge nas reafirmações do conceito de diferença dentro desta perspectiva feminista pós-estruturalista é uma rede-

¹⁹ Joan Scott, "Gender: A Useful Category of Historical Analysis", *American Historical Review* 91 (1986): 1053-1075.

²⁰ *Ibid.*, "Deconstructing Equality Versus Difference", *Feminist Studies* 14, n.º 1 (1988): 33-50.

²¹ Este foi o tema do meu livro *Patterns of Dissonance*. Ver também Nancy Miller, "Subject to Change", in Teresa de Lauretis, ed., *Feminist Studies/Critical Studies* (Bloomington: Indiana University Press, 1986); ver ainda Naomi Schor, "Dreaming Dissymmetry", in Alice Jardine and Paul Smith, eds., *Men in Feminism* (New York: Methuen, 1987).

finição radical do texto e do textual, para além do pensamento dual. Em vez de encarmos o texto como um item isolado que se opõe dualisticamente a um contexto social e a uma actividade interpretativa, passamos a encará-lo como uma estrutura semiótica e material. Assim, o texto é, antes, compreendido como um dos termos de um processo, isto é, uma reacção em cadeia abrangendo uma rede de relações de poder. O que está em questão nas práticas textuais é, portanto, não necessariamente a actividade de interpretação, mas sim o descodificar de uma teia de relações e efeitos que ligam o texto a todo um sistema socio-simbólico. Estamos perante uma nova teoria materialista do texto e das práticas textuais.

As teóricas feministas dos anos 90 têm sido confrontadas com o impacto das teorias de género e da diferença sexual e ultrapassaram-nas de uma forma produtiva. Distinguiria os seguintes agrupamentos dentro da nova geração:

1. As críticas feministas oriundas da teoria crítica alemã, unidas pelo seu interesse nas autoras da escola de Frankfurt: Benhabib²², Benjamin²³, e Flax²⁴.
2. As pensadoras baseadas nas teorias francesas, introduzidas nas academias americanas através dos departamentos de literatura, o que levou a que estas teorias fossem sobretudo adoptadas por intelectuais ligados às humanidades e aos estudos literários. Note-se que a obra da filósofa Irigaray²⁵ só foi traduzida para inglês em 1985. Uma das consequências imediatas desta exportação é que, nos Estados Unidos, as teorias da diferença sexual tornaram-se sinónimo de estudos literários²⁶. Criou-se,

²² Seyla Benhabib and Druilla Cornell, *Feminism as Critique* (Minneapolis: Minnesota University Press, 1987).

²³ Jessica Benjamin, *The Bonds of Love* (New York: Pantheon, 1990).

²⁴ Jane Flax, *Thinking Fragments* (New York: Routledge, 1990).

²⁵ Luce Irigaray, *Speculum, Ce Sexe Qui n'en est pas Un, L'Éthique de la Différence Sexuelle*.

²⁶ Ver, por exemplo, Nancy Miller, ed., *The Poetics of Gender* (New York: Columbia University Press, 1986); Alice Jardine, *Gynesis: Configurations of Woman in Modernity* (Ithaca: Cornell University Press, 1985); Naomi Schor "Dreaming Dissymmetry", in Gayatri Spivak, ed., *In Other Worlds* (New York and London: Methuen, 1987); Donna Stanton, "Difference on Trial: a Critique of the Maternal Metaphor in Cixous, Irigaray, and Kristeva", in Nancy Miller, ed., *The Poetics of Gender*.

assim, nos EUA, um hiato neste tema entre as humanidades e, por outro lado, a filosofia e as ciências sociais²⁷.

3. O grupo italiano, onde Irigaray é a figura-chave. Enquanto que no mundo anglófono Irigaray demorou algum tempo a ser descoberta (ao contrário de Cixous, que foi absorvida no seguimento do impacto da obra de Derrida), em Itália encontrou uma audiência receptiva e fértil. Através da tradicional ligação entre o movimento feminista e as políticas de esquerda, as adaptações italianas de Irigaray, especialmente as de Muraro²⁸ e Cavarero²⁹, produziram uma versão altamente politizada das teorias da diferença sexual, em termos de alianças sociais e simbólicas de mulheres.

4. O radicalismo lésbico de Wittig³⁰ e das suas seguidoras, defendendo o imperativo de redesenhar as fronteiras entre os géneros.

5. As teóricas das questões étnicas e coloniais³¹: embora no feminismo da América do Norte o tópico da raça estivesse presente desde o princípio, demorou bastante tempo até que etnia e raça fossem reconhecidas como variáveis centrais na definição da subjectividade feminista. A norma branca das teorias feministas tornou-se então o principal alvo, tendo esta questão ultrapassado todas as outras diferenças, incluindo as divergências previamente polémicas entre as teorias de género e diferença sexual. O trabalho pioneiro de Audre Lorde³², de escritoras de cor como Alice Walker e Toni Morrison e de muitas outras teóricas negras³³, foi seguido pelo trabalho de autoras que abordavam mais sistematicamente o impacto normativo da raça branca e o etnocentrismo das teorias femi-

²⁷ Este facto tornou-se evidente na edição especial de *Hypatia* 3 (1989), dedicada à teórica feminista francesa.

²⁸ Luisa Muraro, *L'Ordine Simbolico della Madre* (Rome: Editori Riuniti, 1991). Ver também o volume colectivo *Sexual Difference: a Theory of Social Symbolic Practice* (Bloomington: Indiana University Press, 1990).

²⁹ Adriana Cavarero, *Nonostante Platone* (Rome: Editori Riuniti, 1990).

³⁰ Monique Wittig, *Le Corps Lesbien* (Paris: Minuit, 1973); *The Straight Mind and Other Essays* (London: Harvester Wheatsheaf, 1991).

³¹ Um importante marco histórico nesta tradição é o texto de G. T. Hull, P. Bell Scott and B. Smith, eds., *But Some of Us Are Brave* (New York: Feminist Press, 1982).

³² Audre Lorde, *Sister Outside* (Trumansberg, New York: Crossing, 1984).

³³ Ver por exemplo, C. Moraga e G. Anzaldúa, *This Bridge Called My Back* (Watertown: Persephone, 1981) e *Loving in the War Years* (Boston: South End, 1983).

nistas de género e diferença sexual, por exemplo na obra de Gayatri Spivak³⁴, Chandra Mohanty³⁵, Barbara Smith³⁶, Tri Minh-ha³⁷ e bell hooks³⁸. Esta enorme produção por mulheres de cor afectou radicalmente o pensamento de teóricas feministas como Teresa de Lauretis, também Donna Haraway³⁹, e mais recentemente, Sandra Harding⁴⁰.

Num contexto europeu, a conexão entre feminismo, raça e etnia tem sido mais difícil de articular, em parte porque as diferenças nacionais em tipos e estilos de culturas políticas feministas sempre foram tão grandes que nunca emergiu nenhuma linha feminista ou ponto de vista dominantes. Nos anos 80, uma maior consciência da especificidade cultural de certas noções feministas — como por exemplo “género” — levou muitas intervenientes do Sul da Europa a levantar a questão da hegemonia cultural e política do feminismo inglês. Um dos efeitos desta reacção foi colocar na agenda etnia e raça, reavaliando o seu papel nas práticas feministas. Em sintonia com esta questão, Spelman⁴¹ acusa Beauvoir de indiferença a questões de cor e etnicidade.

Mais recentemente, em parte devido à natureza multicultural das sociedades europeias, e também por causa de um geral aumento de racismo, anti-semitismo, xenofobia e neocolonialismo dentro da comunidade europeia, a centralidade das questões raci-

³⁴ Gayatri Spivak, *In Other Worlds* (New York: Routledge, 1990).

³⁵ Chandra Mohanty, “Feminist Encounters: Locating the Politics of Experience”, *Copyright* 1 (1987); “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourse”, *Feminist Review* 30 (1988); “Cartographies of Struggle: Third World Women and the Politics of Feminism”, in C. Mohanty, A. Russo and L. Torres, *Third World Women and The Politics of Feminism*, pp. 1-47 (Bloomington: Indiana University Press, 1991).

³⁶ Barbara Smith, “Towards a Black Feminist Criticism” in Elaine Showalter, ed., *The New Feminist Criticism* (New York: Pantheon, 1985); *Home Girls: a Black Feminist Anthology* (New York: Kitchen Table Press, 1983).

³⁷ Trinh Minh-ha, *Woman, Native, Other* (Bloomington: Indiana University Press, 1989).

³⁸ bell hooks, *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism* (Boston: South End Press, 1981); *Feminist Theory: From Margin to Center* (Boston: South End Press, 1984), *Yearning, Race, Gender, and Cultural Politics* (Toronto: Between the Lines, 1990).

³⁹ Donna Haraway, *Simians, Cyborgs, and Women: the Reinvention of Nature* (London: Free Association Books, 1990).

⁴⁰ Sandra Harding, *Whose Science? Whose Knowledge?* (Milton Keynes: Open University Press, 1991).

⁴¹ Elizabeth Spelman, *Inessential Woman* (Boston: Beacon Press, 1989).

ais tornou-se mais aguda. Assim, dentro da rede europeia de estudos feministas do programa Erasmus⁴², estamos a trabalhar para o desenvolvimento de um currículo conjunto em estudos de mulheres, a partir de um ponto de vista europeu, multicultural. Embora nos inspirássemos na agenda americana para os assuntos relativos à raça, estamos determinadas a dar prioridade aos aspectos europeus deste complexo assunto, especialmente a persistência de anti-semitismo, a perseguição de ciganos e outros nómadas, as várias formas de neocolonialismo económico e fenómenos como a emigração intra-europeia, especialmente oriunda das regiões do Sul e do Leste.

As novas teóricas dos anos 90 estão, conseqüentemente, a trabalhar com a multiplicidade de variáveis que definem a subjectividade feminina: raça, classe, idade, preferências sexuais e estilos de vida, como grandes eixos de definição da identidade. Este trabalho é inovador em relação às teorias feministas estabelecidas na medida em que se procura redefinir a subjectividade feminina a partir de uma rede em que se cruzam simultaneamente várias constelações de poder. Na minha opinião, uma nova tendência está a emergir, enfatizando a natureza situacional, específica e corporizada do sujeito feminista, em detrimento de essencialismos biológicos e psicológicos. Este é um novo tipo de materialismo feminino corporizado.

O processo de constituição da subjectividade como parte de uma rede de conhecimento e poder é central neste novo materialismo feminista, que implica uma redefinição do texto como estando em continuidade com relações de conhecimento e poder. O argumento pode ser resumido da seguinte forma: e se o modo de representação do patriarcado, ao qual chamaremos o sistema do género, produzisse exactamente aquelas categorias que se propõem destruir? Se tomarmos o género como um processo, de Lauretis enfatiza um ponto que Foucault já antes havia sublinhado, nomeadamente que o processo da articulação de poder e co-

nhecimento também produz o sujeito como um termo desse mesmo processo.

Por outras palavras, o elemento mais crucial nesta redefinição do género como uma tecnologia do ser é a noção da política da subjectividade, no seu duplo sentido: constituição de identidade e aquisição da subjectividade enquanto formas de acesso ao poder, ou direito a certas práticas. A aquisição da subjectividade é, portanto, um processo que implica práticas materiais (institucionais) e discursivas (simbólicas), o objectivo das quais é ao mesmo tempo positivo — visto o processo permitir o acesso ao poder — e regulador — visto as formas de acesso ao poder contêm limitações e a imposição de disciplina.

A noção-chave aqui é a de género como uma ficção reguladora, isto é, uma actividade normativa que constrói certas categorias, tais como sujeito, objecto, masculino, feminino, heterossexual e lésbica, como parte deste mesmo processo. Esta ideia do género como uma ficção reguladora tem de ser lida dentro do âmbito de uma crítica ao sentido etnocêntrico e unívoco do próprio termo “género”.

Para resumir esta mudança de perspectiva nas teorias feministas, gostaria de enfatizar que nas práticas feministas contemporâneas, o paradoxo “mulher” emergiu como tópico central. De facto, o feminismo baseia-se numa noção de identidade feminina que historicamente sempre se viu obrigado a criticar. O pensamento feminista reside assim num conceito que necessita permanentemente de desconstrução e de des-essencialização. Mais especificamente, penso que, nos últimos dez anos, a questão central na teoria feminista consiste em saber como redefinir a subjectividade feminina depois do declínio do dualismo do género, privilegiando noções do ser como um processo de complexidades, de inter-relações, de simultaneidades de opressão colonial e de múltiplas tecnologias do ser. Por outras palavras, o destino social e simbólico das polarizações sexuais está aqui em questão.

O que eu vejo aqui como o tópico central é a questão da identidade como local de diferenças. Análises feministas do sistema do género demonstraram que o sujeito ocupa uma série de posições possíveis em momentos diferentes, consoante uma multiplicidade de variáveis como sexo, raça, classe, idade, estilos de

⁴² A rede europeia de estudos feministas chama-se Noise (Network of Interdisciplinary Studies on Women in Europe) e inclui as universidades de York (UK), Antuérpia (Bélgica), Paris VII (França), Madrid (Espanha), Bolonha (Itália), Bielefeld (Alemanha), Dublin (Irlanda), Odense (Dinamarca) e Utrecht (Holanda). Esta rede foi estabelecida e coordenada pelo meu departamento de Utrecht, em 1987.

vida e outras. O desafio para a teoria feminista de hoje em dia consiste em inventar novas figurações que nos permitam pensar acerca das mudanças e também das mutáveis construções do ser. Não a rigidez estática de verdades estabelecidas ou fáceis contradições, mas o processo vivo da transformação do ser e do outro. Sandra Harding define este processo como "a reinvenção do próprio como outro"⁴³.

O que podemos então concluir destes novos desenvolvimentos da teoria feminista é a necessidade de recodificar ou renomear o sujeito feminista, não mais como um sujeito soberano, hierárquico e segregador, mas antes como uma entidade múltipla, aberta e em sintonia. Pensar construtivamente sobre a mudança no pensamento feminista contemporâneo requer uma visão do sujeito não como unidade, mas como um ser multifacetado com possibilidades ainda não codificadas, mas fascinantes.

AS OBRAS DA SABEDORIA-SOPHIA:
A HERANÇA AMBÍGUA DA WOMAN'S BIBLE¹
Elisabeth Schüssler Fiorenza²

A sabedoria fez prosperar as suas obras pela mão de um santo profeta.
Atravessaram o deserto desabitado
e montaram as suas tendas em lugares inexplorados.
Resistiram aos inimigos
e repeliram os adversários.

Quando tiveram sede, invocaram-te;
e foi-lhes dada água de uma rocha dura
e de uma pedra dura, um remédio para a sua sede.

(Sabedoria 11,1-4)

Segundo Adrienne Rich "Um obstáculo cultural sério encontrado por qualquer autora feminista é cada obra feminista ter tido a ser recebida como se emergisse do nada; como se cada uma de nós vivesse, pensasse e trabalhasse sem qualquer passado histórico ou presente contextual. Esta é uma das formas utilizadas para fazer parecer as obras de mulheres algo esporádico, errante, órfão de qualquer tradição própria."³ A leitura da dissertação de Mary Pellauer sobre o pensamento religioso de Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony e Ana Howard Shaw proporcionou-

¹ Capítulo extraído da obra de Elisabeth Schüssler Fiorenza *Sharing Her Word: Feminist Biblical Interpretation in Context* (Boston: Beacon Press, 1998), pp. 50-74. Tradução de Teresa Martinho Toldy.

² Este texto foi preparado para a conferência comemorativa do centenário de *The Woman's Bible*, organizada pelo National Park Service em Seneca Falls, em Novembro de 1995, e foi redigido a partir do meu artigo: "Das zwiespältige Erbe der *Woman's Bible*", publicado na Alemanha, e das minhas introduções à obra *Searching the Scriptures*.

³ Adrienne Rich, *On Lies, Secrets, and Silences: Selected Prose 1966-1978* (Nova Iorque: Norton, 1979), p. 11.

⁴³ Sandra Harding, "Whose Science? Whose Knowledge?"